

No Congresso, o que falta mesmo é responsabilidade.

Durante anos os deputados e senadores tiveram uma desculpa razoável para se manterem constantemente ausentes de Brasília e, principalmente, dos plenários da Câmara e do Senado e das salas das comissões técnicas: os governos militares usurparam as principais prerrogativas do Congresso — inclusive se autopresentando com o poder de legislar indiscriminadamente — e transformaram os congressistas em meros discursadores.

A oposição — no caso o MDB e depois os partidos que surgiram a partir de 1979 — ainda restou o decisivo papel de denunciar o comportamento arbitrário e autoritário dos generais-presidentes. Aqueles que se abrigaram no partido oficial — Arena depois PDS — coube a tarefa de dizer amém a tudo que vinha do Palácio do Planalto. Durante esse período, por exemplo, foram editados mais de dois mil decretos-leis pelo Executivo, o que dá uma média de mais de cem por ano e de mais de um a cada três dias.

A troca de regime não alterou, porém, a situação do Legislativo. E não foi por culpa da Nova República. No caso do decreto-lei, sem dúvida o maior avanço do Executivo sobre os poderes do Legislativo, o presidente Sarney comprometeu-se a não utilizar mais este expediente, após uma única e malsucedida experiência no início de sua administração. A partir desse momento, Sarney cumpriu rigorosamente sua promessa, encaminhando todas as propostas oficiais sob a forma de projetos de lei. O compromisso só foi quebrado, em caráter excepcionalíssimo, no final de fevereiro, com o plano antiinflacionário.

Todo esse tempo em que o presidente abriu mão de um direito que lhe assegura a Constituição, para não desprestigiar o Legislativo, foi perdido pelos senhores deputados e senadores na discussão de temas menores, como o pagamento ou não de jetons a quem não trabalha, ou os pequenos acertos na legislação eleitoral e partidária. Em nenhum momento eles mostraram disposição para tocar na questão dos decretos-leis. E bastaria que alguém tivesse apresentado uma proposta e a vontade da maioria para que se votasse uma fórmula que, ao mesmo tempo, garantisse agilidade ao Executivo sem ferir as prerrogativas do Legislativo. Pelo desinteresse demonstrado, podemos concluir que os protestos contra a fúria legiferante do Palácio do Planalto sempre foi apenas um jogo de cena. No fundo, até que os senhores parlamentares gostavam da intromissão do governo, pois assim se viam livres de um penoso trabalho e podiam gastar seu tempo em tarefas mais amenas. O decreto-lei, assim como o decurso de prazo e tantos outros entulhos autoritários, permanecem ainda na Constituição e em muitas leis porque isso é mais cômodo para os congressistas. Se durante os governos militares ainda se justificava certa cautela do Congresso, a partir da eleição de Tancredo Neves a sobrevivência de tantos expedientes antidemocráticos só pode ser explicada pelo desinteresse de deputados e senadores e/ou por interesses subalternos não confessáveis.

O grau de apatia a que chegou o Congresso Nacional pode ser medido por um episódio ocorrido há duas semanas, durante a discussão na comissão mista dos Decretos-Leis n.ºs 2.283 e 2.284. Fomos os primeiros a reconhecer a importância das decisões do presidente José Sarney e a admitir que, devido à gravidade do momento, a adoção do decreto-lei era inevitável. Mas nunca escondemos nossa opinião — aliás partilhada por juristas de diferentes escolas e tendências — sobre o caráter autoritário do procedimento do governo e sobre a inconstitucionalidade e a ilegalidade de várias das medidas impostas.

Pois bem, os representantes da Aliança Democrática na comissão, orientados por seus líderes, manobram para impedir que estas questões fossem ao menos discutidas e analisadas antes da votação dos decretos no plenário. Ora, no mínimo cabe ao Congresso zelar pela qualidade de nossas leis, pela sua juridicidade. Sabemos que um decreto-lei não pode ser modificado — ou é aprovado ou é rejeitado in totum — mas, se os senhores deputados e senadores se dispusessem a analisar com isenção todos os aspectos do programa antiinflacionário, poderiam depois levar ao Executivo, como sugestão do Legislativo, um projeto de lei corrigindo as falhas dos dois decretos. Vários dissabores seriam evitados e o Legislativo não teria parecido tão omissivo e irresponsável. Para completar esta omissão, os decretos-leis não foram votados na semana passada, porque os partidos que formam a Aliança Democrática não foram capazes de reunir suas forças e vencer a obstrução parlamentar comandada pelas minúsculas bancadas do PT e do PDT.

O quadro legislativo é melancólico, o desinteresse dos deputados e senadores por seu trabalho revela-se nos mínimos pormenores. Já se vão mais de 45 dias desde que os senhores parlamentares retornaram às suas atividades, após um glorioso descanso de três meses e, nesse tempo todo, na Câmara Federal, apenas duas proposições foram votadas e aprovadas; mesmo assim pelo voto simbólico das lideranças, pois não havia número suficiente para votação nominal. Entende-se a presteza e o esforço dos líderes: tratava-se de duas autorizações para viagens de deputados ao Exterior. Naturalmente, com o dinheiro da Câmara. Os senadores mostram-se um pouco mais diligentes: já conseguiram aprovar o Planin — sem nenhuma discussão — e têm liberado, também, praticamente todos os projetos relativos a empréstimos a Estados e municípios. Em compensação, a Mesa do Senado tenta armar uma falcatura para efetivar mais de mil passageiros do último trem da alegria senatorial. É muito esforço para um ano eleitoral e isso basta, pois ninguém é de ferro em Brasília.

Alguns congressistas, irritados com as constantes notícias sobre plenários vazios, vadiagem no Legislativo e coisas de igual teor de imoralidade, chegaram a propor que se vote uma lei obrigando os jornais e revistas a reservarem, diariamente, espaço para a divulgação das realizações do Legislativo. Não interessa discutir aqui, no momento, o caráter autoritário e o equívoco de uma proposta como esta. Preocupa-nos, apenas, se um absurdo desses vier a ser perpetrado, a possibilidade de sermos forçados a circular, todos os dias, com uma página ou mais em branco. Afinal, é preciso que haja realizações para que elas sejam divulgadas. Não temos poderes sobrenaturais para imprimir o que não existe.

Os fatos estão aí, indelmentíveis. Não é preciso ir muito longe nem imaginar conspirações para encontrar as explicações para o baixo grau de credibilidade que os políticos e os partidos desfrutam hoje junto à opinião pública brasileira. O deputado João Gilberto (PMDB-RS), que no ano passado anunciou sua disposição de não mais concorrer à reeleição por não suportar mais o que se passa nas duas Casas do Congresso, lembrava nesta semana que falta ao Legislativo "poder e responsabilidade". Para nós, o que falta mesmo, em primeiro lugar, é responsabilidade. O poder virá depois, naturalmente.